

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (“Entidade” ou “CRAMI”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de abril de 2020

Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Centro Regional De Atenção Aos Maus Tratos Na Infância, denominado CRAMI, foi fundado em 04/07/1985, constituída sob a forma de associação, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.149.562/0001-20, de caráter assistencial, cultural, científico e de promoção de direitos, de fins não econômicos, Organização de Sociedade Civil (OSC) e beneficente de Assistência Social, portadora Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, atualmente concedida e protocolizada sob o nº 71000.059802/2017-21 pelo Ministério de Desenvolvimento Social, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas sob o nº 33E, com sede e foro à Rua Suzeley Norma Bove, 274, Vila Brandina, na cidade de Campinas/SP e com duração indeterminada.

Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social ou pessoal.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada 29 de abril de 2020.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas definidas na Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC- PME) incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Ativos financeiros

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Contas a receber de subvenções, convênios e parcerias

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos contratos representativos desses créditos, onde usualmente correspondem possuem prazo de vigência de 12 meses.

b) Ativos não circulantes

Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- Custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que o item seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras despesas operacionais líquidas, no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

iii) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

c) Provisão para “Impairment”

A Entidade avalia os valores de recuperação de seus bens do ativo imobilizado, constituindo provisão para recuperação quando identificadas evidências de problemas de recuperação.

d) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

É registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Entidade em conjunto com seus assessores legais, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

e) Receitas próprias, subvenções e parcerias

A entidade deve reconhecer as subvenções governamentais da seguinte forma:

(a) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidas e certas;

(b) a subvenção que impõe determinadas condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas;

(c) as subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receita serem satisfeitos são reconhecidas como um passivo.

Entidade deve mensurar as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As receitas de subvenções e patrocínios são realizadas ao longo do período do contrato através das prestações de contas realizadas, onde usualmente possuem um prazo de vigência de 12 meses.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre aplicações CDB. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas e despesas bancárias e descontos concedidos

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

h) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta de cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios está composta na nota explicativa nº 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor:

	2019	(Não auditado) 2018
Caixa	501	296
Bancos	10.656	14.346
Aplicações de liquidez imediata (i)	364.539	298.472
Total	375.696	313.114

(i) A taxa de remuneração refere-se a 90% a 100% do CDI referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de aplicação financeira corresponde ao montante de R\$ 22.680 e R\$ 31.152, respectivamente. Essas aplicações têm como objetivo a utilização específicas em projetos determinados através de subvenções governamentais e entidades sem fins lucrativos, não podendo ser utilizado para outros fins.

6. Subvenções, convênios e parcerias a receber

	2019	(Não auditado) 2018
FMAS Municipal	529.697	508.591
FMDCA/Eventuais	127.978	-
Fundação FEAC	35.753	45.837
Total	693.428	554.428

Em 31 de dezembro de 2019 todos saldos de contas a receber estão a vencer.

A Administração da Entidade entende que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito esperadas para resguardar quanto a eventuais não recebimentos futuros do contas a receber com subvenções, convênios e parcerias.

7. Imobilizado

	(%) taxa média anual de depreciação	2019	(Não auditado) 2018
Móveis e utensílios	10%	57.348	51.235
Máquinas e equipamentos	10%	24.505	24.505
Equipamentos de informática	20%	122.616	107.504
Equipamentos de comunicação	10%	2.957	2.957
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.502	93.502
Biblioteca	0%	636	636
Veículos	10%	-	74.091
Total custo		301.564	354.430
Depreciação acumulada	-	(181.870)	(226.944)
Imobilizado líquido		119.694	127.486

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Em 31 de dezembro de 2017	331.739	(211.709)	120.030
Adições	23.733	(15.235)	8.498
Baixas	(1.042)	-	(1.042)
Em 31 de dezembro de 2018	354.430	(226.944)	127.486
Adições	21.225	(29.017)	(7.792)
Baixas	(74.091)	74.091	-
Em 31 de dezembro de 2019	301.564	(181.870)	119.694

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2019	(Não auditado) 2018
Salários	98.505	0.878
INSS	12.861	11.679
FGTS	14.240	13.863
IRRF	17.194	10.548
Férias	166.105	176.363
Total	308.905	303.331

9. Convênios, subvenções e parcerias

	2019	(Não auditado) 2018
FMAS Municipal	531.097	597.050
FMDCA/Eventuais	148.513	31.358
Fundação FEAC	78.783	92.090
Outros	3.138	2.574
Total (i)	761.531	723.072

- (i) A Entidade possui contratos firmados entre as partes, com base em um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico do projeto, no qual, ao término é feita a prestação de contas aos conveniados, prefeituras e parceiros.

10. Contingências

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração entendeu que não há processos em curso com probabilidade de perda provável e possíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelos superávits e/ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Desta forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. Receita líquida

	2019	(Não auditado) 2018
Receitas próprias (i)	319.348	243.691
Receitas de subvenção/ Co-financiamento / Convênios (ii)	2.121.391	2.189.826
Parcerias com entidades sem fins lucrativos (ii)	125.541	151.352
Receitas de benefícios fiscais (iii)	453.719	435.283
Total da receita líquida	3.020.000	3020.152

- (i) Refere-se a doações de pessoas físicas e jurídicas, vendas de bens e produtos; promoções e eventos, donativos, nota fiscal paulista e vendas de bens patronais.
- (ii) Refere-se a receitas de auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade obtidos com órgãos convenientes, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 02/2016 do TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (iii) Refere-se ao valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS/RAT/TERCEIROS, com fulcro nos requisitos estabelecidos pelos artigos 3º ao 20º da Lei nº 12.101/2009, integralmente aplicados na área da Assistência Social.

Segue abertura detalhada por natureza de receita:

	2019	(Não auditado) 2018
Receitas próprias		
Contribuições e doações pessoa física	11.753	7.960
Contribuições e doações pessoa jurídica	59.563	16.117
Captação de recursos para custeio	11.462	24
Promoções e eventos	50.566	50.632
Trabalho voluntário	-	2.862
Recuperação de despesa	67.166	146.304
Donativo Sanasa	8.149	6.073
Nota fiscal paulista	60.479	923
Venda de bens patrimoniais	34.896	-
Receitas financeiras	15.314	12.796
	319.348	243.691
Receitas de subvenção/ Co-financiamento/ Convênios		
FMAS Municipal	2.114.405	2.074.450
FMDCA	4.195	112.956
FMDCA Ativo imobilizado	636	-
Aplicações financeiras	2.156	2.420
	2.121.392	2.189.826
Parcerias com entidades sem fins lucrativos		
Fundação FEAC	125.481	151.352
FEAC ativo imobilizado	60	-
	125.541	151.352
Benefício fiscal		
Cota patronal	437.965	424.928
PIS	15.754	10.355
	453.719	435.283
Total das receitas	3.020.000	3.020.152

13. Despesas com pessoal

	2019	(Não auditado) 2018
Salários	(1.128.398)	(1.211.668)
Férias	(148.711)	(181.740)
13º salário	(116.276)	(101.808)
Encargos sociais	(302.400)	(335.368)
Benefícios com alimentação, assistência médica e odontológica	(269.042)	(251.290)
Outros	(20.853)	(8.696)
Total das despesas com pessoal	(1.985.680)	(2.090.570)

14. Despesas administrativas

	2019	(Não auditado) 2018
Materiais e suprimentos	(55.235)	(111.200)
Manutenção e reparos	(52.090)	(53.188)
Serviços com terceiros	(186.122)	(211.989)
Água e esgoto	(9.596)	(6.073)
Energia elétrica	(13.566)	(11.475)
Telefone	(10.139)	(10.325)
Combustíveis	(19.754)	(17.503)
Seguros	(3.187)	(6.911)
Depreciação e amortização	(29.017)	(15.235)
Amortização	(93)	(93)
Outros	(46.384)	(35.886)
Total das despesas administrativas	(425.183)	(479.878)

15. Outras receitas e despesas, líquidas

	2019	(Não auditado) 2018
Impostos e taxas	(10.238)	(14.187)
Benefício Fiscal Usufruído (a)	(453.719)	(435.283)
Total das despesas administrativas	(463.957)	(449.470)

(a) De acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas, sob o título de Cota Patronal INSS conforme demonstrado a seguir:

	2019	(Não auditado) 2018
Cota patronal INSS	(437.965)	(424.928)
PIS	(15.754)	(10.355)
Total das despesas administrativas	(453.719)	(435.283)

16. Resultado financeiro

	2019	(Não auditado) 2018
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(7.004)	(7.128)
Outras despesas	(485)	(1.821)
	(7.489)	(8.949)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme Notas Explicativas nºs 4 e 5). A Entidade não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Entidade. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e aplicações financeiras em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade e monitorada pela diretoria do CRAMI, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Entidade investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

18. Eventos subsequentes

Covid-19

Diante da Pandemia de Covid-19 e com reflexo em praticamente em todos os setores econômicos, os projetos do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância, principalmente as receitas próprias que tange os eventos, possivelmente serão afetados. Contudo, até a presente data não foi possível mensurar.

Fundação FEAC

A entidade não teve seu contrato de parceria renovado juntamente com a Fundação FEAC no valor de R\$ 9.347,79 reais por mês, durante 12 meses a partir de fevereiro de 2020.

* * *

José Tadeu Seganti Santomauro

Diretor Presidente Voluntário

Amaury Cezar Rossi

Vice-Presidente Financeiro Voluntário

Domingos Barros de Lima

Contador CRC 1SP 231825/O-8